

Bolívia expulsa seringueiros brasileiros

Marcelo Auler

Brasília, AC - Fotos de Olavo Ruffino

BRASILÉIA, AC — Envergonhado, o flamenguista Francisco Sales da Silva, de 38 anos, vestia uma camisa do Vasco. Sua vergonha não era por levar no peito o escudo do arquiadversário do time rubro-negro, mas sim pelo fato de, depois de seis anos dando duro, ter uma única camisa para vestir, presente de um amigo. Não fosse seu atual estado de necessidade, Francisco poderia até considerar o doador um Amigo da Onça.

Francisco Sales da Silva é apenas um dos milhares de seringueiros brasileiros que estão sendo expulsos da Bolívia. Obrigados a atravessarem de volta as fronteiras brasileiras, no estado do Acre — de onde foram enxotados, aos poucos, a partir da instalação das grandes fazendas na região, em meados da década de 70 —, esses *brasileiros* têm tudo para se transformarem na mais nova crise fundiária do norte do país.

— Agora *tamos* aqui sem ter onde se agarrar. Vamos esperar o que vem de notícia, se nós *pode* ficar ou não — desabafa Francisco. Ele mais 14 famílias de *brasileiros*, no início do mês, foram protagonistas de mais um conflito fundiário no Acre. As famílias ocuparam as 14 colocações (área de um seringal destinado à uma família de seringueiro, onde se localizam a casa, o roçado e as estradas de seringa) vazias que formam o Seringal Porangaba, a 35 quilômetros do município de Brasília. Embora estejam na Reserva Extrativista Chico Mendes, essas terras não foram desapropriadas e à Justiça não coube outra saída a não ser conceder liminar despejando os invasores.

Nova Invasão — Ninguém sabe ao certo quantos *brasileiros* existem. Em 1988, o então presidente da Bolívia, Victor Paz Estenssoro, falava em 60 mil seringueiros ao longo dos 3.126 quilômetros de fronteiras entre os dois países. Já os sindicalistas falam em 10 ou 12 mil famílias só no trecho de fronteira entre Brasília e a cidade boliviana de Cobija. Para se ter uma idéia do que pode significar essa nova invasão, atualmente população rural estimada do Acre é de 183 mil pessoas.

O fato é que todas essas famílias tendem a procurar terras no Brasil, porque a Bolívia vem apertando o cerco contra os estrangeiros,

para destinar áreas da fronteira a um projeto agrícola japonês. Uma das formas de pressão foi a criação da carteira de *extranjería*, ao preço de Cr\$ 3 mil trimestralmente. Uma quantia astronômica, no caso dos *brasileiros*, até por que muitos deles trabalham sem ver a cor do dinheiro, no sistema de "acerto de contas", um sistema quase escravagista. Francisco Sales da Silva é um exemplo típico.

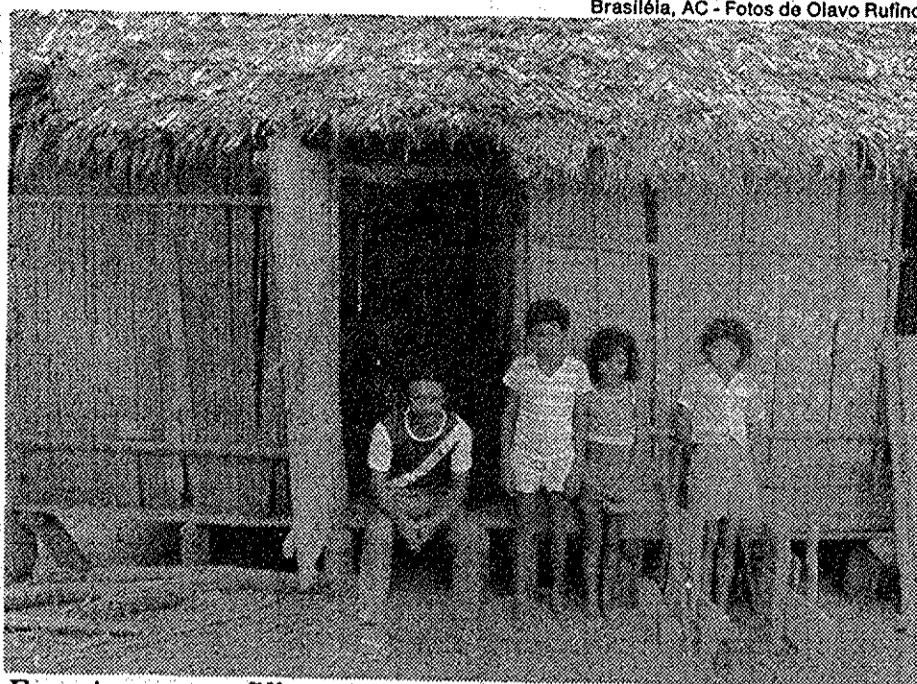
Francisco imigrou para a Bolívia em meados da década de 70, com mais 60 famílias. Nos últimos seis anos trabalhava nas terras da família Oscavaca, na cidade de Cobija. Nenhum de seus quatro filhos — Francisca, de 14 anos, Josué, de 12, Alda, de 11, e Cristina de 9 — tem registro civil, só a certidão de batismo, da igreja de Brasília. Abandonado pela mulher há oito anos, criou as crianças sozinho, até se casar novamente, há dois anos. Sua filha mais velha casou-se este ano, mais cedo do que a média das meninas da região, que o fazem aos 16 anos.

Nas suas três estradas de seringa Francisco extraía de 300 a 400 quilos de borracha por ano. Mas só recebia dos patrões Cr\$ 10 por quilo quando, no Brasil, o mesmo peso da borracha valia Cr\$ 45. A lata de 20 litros de castanha era comprada pelos Oscavaca a Cr\$ 25, enquanto no Acre valia Cr\$ 70,00. Além de receber bem menos, pagava mais caro pelos produtos comprados do patrão. Uma lata de óleo de soja ultimamente não lhe saía por menos do que Cr\$ 200. Nesse ritmo, era normal que nunca tivesse crédito positivo no livro de contas.

Mãos abanando — Embora tenham desaconselhado os *brasileiros* a pagarem pela carteira de *extranjería*, os Oscavaca o fizeram em defesa própria. Sugeriram aos brasileiros que não mais saíssem da propriedade:

— Eles queriam que nós ficássemos para quebrarmos todas as castanhas primeiro. Depois eles expulsavam a gente, como fizeram com muitos.

Ao deixar para trás a Bolívia, Francisco saiu praticamente de mãos abanando. Não ganhou nenhuma indenização, embora os patrões tivessem lhe prometido Cr\$ 20 mil, o que ainda seria pouco para o que ele deixou lá: 80 galinhas, 50 patos, 10 porcos, 10 mil pés de apim e 1.800 quilos de arroz com casca, criados e cultivados ao longo dos últimos seis anos. Até o fogão, um colchão e a máquina de costura não tiveram



Francisco e seus filhos esperam do governo terra para morar

como ser transportados. De seu mesmo, além dos filhos, Francisco só conseguiu levar o terço, quatro panelas velhas e o velho rádio, no qual o último jogo do Flamengo ouvido ainda tinha Zico com a camisa 10.

De favor — Expulsos das colocações vazias no Seringal Porangaba, as famílias de Francisco e de mais três seringueiros "vivem de favor" na casa de Nelson Custódio da Silva, um paulista de 44 anos que há 15 trocou o município de Penápolis, no seu estado, pelo Acre "na esperança de comprar uma terra fácil". Os Cr\$ 16 mil de Nelson em 1975 só lhe permitiram adquirir 35 hectares de terra e oito cabeças de gado, o que é insuficiente até para a sobrevivência de um solteiro, como ele, na época. O jeito foi recorrer ao seringal.

Nelson é um dos delegados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília e, apesar de trabalhar diariamente das 4 às 19h, há dois anos não consegue comprar uma muda de roupa para nenhum de seus quatro filhos (Nelson casou há 12 anos). Para ir à cidade,

anda durante sete horas. Essa distância impede seus filhos de cursarem uma escola. Com o pouco que aprendeu em Penápolis, ele tenta alfabetizar seus filhos mais velhos. O mais novo, Ezequiel, de sete meses, nasceu durante o primeiro empate (movimento pacífico para impedir desmatamentos) feito em Porangaba, com Nelson à frente. Vez por outra Nelson leva Ezequiel ao seringal.

Apesar de todas essas dificuldades, Nelson acolheu quatro das 14 famílias de *brasileiros* desalojadas. As outras estão espalhadas por várias casas do seringal. Todos esperam uma decisão para ocuparem as colocações vazias. Mas como essa área só resolverá o problema de 14 famílias, o presidente do sindicato de Brasília, Osmarino Amâncio Rodrigues, vai reunir os *brasileiros* no dia 20 para discutir o que fazer.

— Vamos tomar uma posição sobre essa situação. Se for preciso, faremos uma maratona de atividades, até mesmo recorrendo aos governos do estado e federal. Sabemos que vai haver muita briga. Mas o governo vai ter que resolver esse problema. E e nós vamos cobrar.

Sonho da reserva apenas começou

Três dias antes de passar a faixa presidencial para Fernando Collor de Melo, o então presidente Jose Sarney criou, através do decreto 99.144, a Reserva Extrativista Chico Mendes. Com uma área de 970.570 hectares a Reserva se estende pelos municípios de Rio Branco, Sena Madureira, Xapuri e Brasília, no estado do Acre. Nela estão instaladas cerca de 10 mil famílias. Parte do sonho de Chico Mendes e de milhares de seringueiros começou a se realizar com esse decreto, afinal, a área de uma reserva é inviolável.

Falta ao governo demarcar e desapropriar essas terras. Enquanto não o fizer, esses 970 mil hectares legalmente continuarão sendo grandes propriedades privadas de um reduzido número de fazendeiros. A desapropriação pode até não vir, como admite o presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Julio Barbosa de Aquino, "mas queremos o direito de concessão e uso, direito que garanta a terra aos seringueiros". Com esse objetivo, "vamos jogar pesado junto ao governo", acrescenta Osmarino Amâncio Rodrigues, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília e secretário do CNS.

Viabilidade — Mesmo com a legalização das terras ainda pendente, os seringueiros da região deram início a discussão da viabilidade econômica dessas reservas. Estão conscientes das dificuldades, cada vez maiores, de viverem exclusivamente da extração da borracha e da castanha do Pará. Desde que a Malásia passou a produzir borracha, o preço do produto no mercado mundial caiu e se tornou atraente para os seringueiros quando subsidiado pelo governo.

— A pecuária tem 15 anos no Acre e não se mostrou viável. Em menor prazo vamos mostrar que as reservas, mantendo a floresta em pé, dão resultado — promete Osmarino.

Para ele, a saída e explorar as áreas de reserva ao máximo:

Um hectare de terra abriga uma cabeça de gado. Nesse mesmo espaço, se aproveitar-

mos todas as riquezas da floresta, ganharemos muito mais — explica. Destaca ainda que, enquanto a pecuária no Acre responde apenas por 3% do ICMS, o extrativismo contribui com 40% da arrecadação.

E lembra

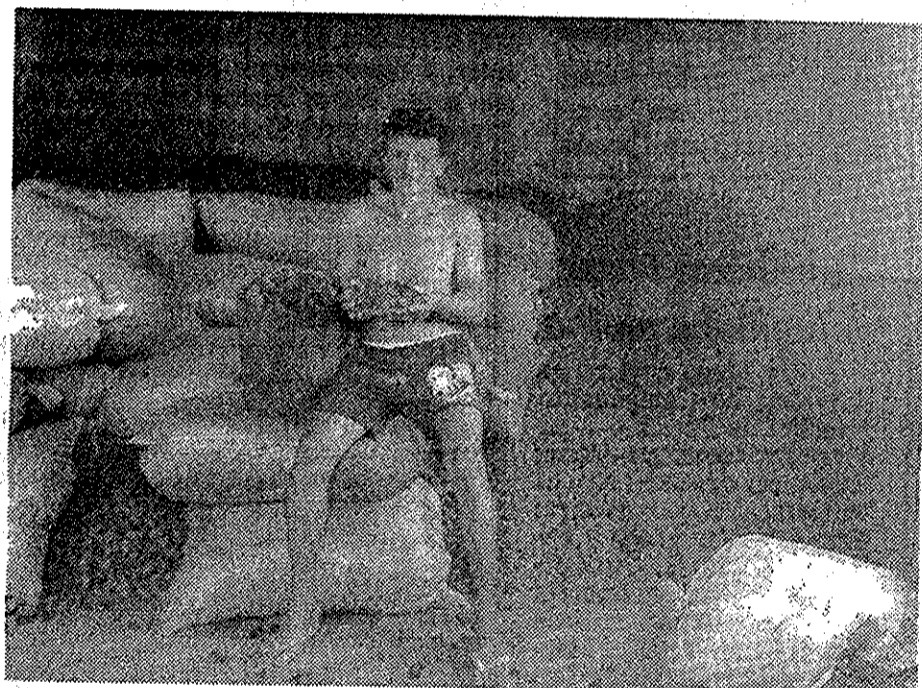
— Esta em jogo ainda a vida de milhares de pessoas hoje instaladas na mata. Se derrubarem a floresta para dar lugar ao gado, essas pessoas vão migrar para as cidades grandes, já inchadas.

A questão é tornar viável esse processo de exploração das reservas. Para isso o Conselho Nacional dos Seringueiros pensa em criar um Centro de Formação e de Pesquisa dos Povos da Floresta. A ideia, ambiciosa, prevê que, além de estudar o solo da região buscando novas alternativas econômicas para as reservas, o Centro também treinará os seringueiros e índios para eles mesmos desenvolverem pesquisas.

— Queremos profissionalizar nosso movimento — conclui Osmarino.

Aparentemente mais fácil e a busca da comercialização de produtos naturais da floresta até hoje desconhecidos. Para ficar só em dois exemplos, Julio Aquino cita a abelha da Amazônia, com capacidade de produzir muito mais mel do que as outras abelhas, e o açai, fruta da qual se extrai um tipo de vinho. E ainda se extrai palmito da árvore.

Organização — Mais palpável, porém, é a preocupação por uma maior organização dos seringueiros. Através do Conselho Nacional dos Seringueiros tem sido possível obter recursos no exterior para projetos específicos. É o caso da usina de beneficiamento de castanhas de Xapuri, as vespas de entrar em funcionamento. Enquanto hoje os seringueiros conseguem vender uma lata (20 litros) de castanha bruta, na melhor das hipóteses, por Cr\$ 90,00, com o produto beneficiado poderão conseguir 2,4 dólares por quilo. Uma lata de 20 litros de castanha-do-para bruta vai gerar cerca de 4kg de castanha beneficiada, ou



A castanha de Moraes foi vendida mais barata ao marreteiro

seja, renderá oito vezes mais, isto é, Cr\$ 768,00 por lata, com o dólar a Cr\$ 80,00. Sem falar nos novos 60 empregos que vai gerar.

As cooperativas também estão começando a crescer na região. A pioneira delas é a de Xapuri, hoje presidida por Francisco de Assis Monteiro de Oliveira, que conta com 160 associados. Sua principal vantagem foi elevar os preços da castanha e da borracha. Enquanto a cooperativa, segundo Assis, chegou a pagar até Cr\$ 90,00 por lata de castanha bruta, o seringueiro José Moraes, de 49 anos, vendeu sua produção deste ano a Cr\$ 70,00 a lata, no comércio, e a apenas Cr\$ 50,00 a lata quando negociou com os conhecidos *marreteiros* (ambulantes que compram e vendem de tudo). A existência da cooperativa em Xapuri, dizem os

seringueiros, já fez com que o comércio local melhorasse também os seus preços.

Mesmo assim há dificuldades. Por exemplo, ainda não foi possível, por falta de capital de giro, comprar diretamente nas fábricas os produtos alimentícios revendidos aos seringueiros. Uma fórmula de melhorar essa situação, além do aumento do número de sócios, é vender esses produtos aos outros moradores da cidade. Com isso, imagina Assis, será possível comprar maior quantidade diretamente dos fabricantes, em prazos menores. Os preços cairão com certeza e os seringueiros não precisarão mais pagar até Cr\$ 100,00 por uma lata de óleo de soja, que pela tabela oficial do governo deve estar custando Cr\$ 37,00.

'Soldados' esperam aposentadoria

Depois de 33 anos dedicados ao seringal, com um intervalo de 10 anos (1965-75) vivendo na cidade, dois casamentos, 15 filhos e duas vezes abandonado pelas duas mulheres, Jose Quirino Lopes, de 70 anos, há cinco anos só consegue sobreviver porque seu ex-patrão no seringal Porto do Carlo ainda lhe sustenta. Ele é um dos milhares de nordestinos que durante a Segunda Guerra Mundial não chegaram a empunhar armas, mas mereceram o título de soldado.

Os chamados *Soldados da Borracha* são na sua maioria nordestinos que atenderam ao apelo do governo, em 1943, e em nome do "esforço de guerra" migraram para a floresta amazônica. Foram produzir borracha e ajudar o país a melhorar suas divisas. De acordo com a Dataprev, ao todo seriam cerca de 10.500, mas muitos já morreram e outros talvez sequer tenham constado dos registros oficiais. Por força da nova Constituição, que lhes concedeu uma pensão vitalícia de dois salários mínimos, todos eles estão se registrando junto ao INPS.

Na época foi uma aventura que jamais se esqueceram, mesmo depois de velhos e cansados, como Quirino. Ele, por exemplo, quase não chegou a Manaus. Com 10 dias embarcado no navio Afonso Pena, e depois de assistir, durante toda uma noite, a embarcação fugir de submarinos nazistas, o então jovem Quirino, de 22 anos, foi acometido de uma febre que o derrubou "Anoteci e quase não amanheci", lembra.

Foram 30 dias de viagem entre Natal e Manaus. Mais 15 dias dentro de um barracão na capital do Amazonas a espera das chatas que os transportariam por mais 10 dias, Rio Amazonas acima até Rio Branco. Daí, em outra embarcação, foi para Brasília "que tinha apenas quatro casas e muito mato". Todo esse esforço, segundo Quirino, teve suas compensações. Com dois anos ele já tinha até algumas cabeças de gado e pode juntar-se com a acreana Nazare, mãe de seus primeiros 10



Quirino espera pela pensão

filhos. Só que o dinheiro não vinha mensalmente. "Tinha que ir a Rio Branco receber o saldo e as vezes passávamos mais de ano sem acertar as contas".

Depois de 23 anos e "matar bem umas duas onças", Quirino desistiu do seringal. Mudou-se para a cidade e perdeu a mulher. "Ela andava *basculhando para fora*, com um cara bem novinho, aí mandei ela procurar o seu rumo". Dois anos depois, já com 47 anos, juntou-se com Luciane, de apenas 18. Teve mais cinco filhos até descobrir de novo que a segunda mulher também *basculhava para fora*. Voltou ao seringal, aonde viveu por mais 10 anos, embora decepcionado. "Antigamente a gente fazia até 2 mil quilos de borracha por ano e eu só estava conseguindo 100 quilos". O retorno a *rua*, maneira como os seringueiros chamam a cidade, foi facilitado pelo ex-patrão, Edua Saadi. Mas agora ele quer a pensão. "Eu acho que tenho direito não?" (M 4)